



11/09

Setor Elétrico

2020

Reajuste zero e retirada de direitos demonstram tentativa de destruir a empresa atingindo o moral da categoria

A luta contra a privatização da Eletrobras foi iniciada em 2017, após a indicação de Wilson Pinto para a presidência da Eletrobras pelo golpista Michel Temer, ganha agora mais um capítulo em setembro de 2020 com a proposta da Eletrobras para o nosso ACT, que traz dentre outros pontos Reajuste Salarial zero, a ofensa aos contratos de trabalho com a Suspensão do SAN até maio de 2022, o Auxílio Alimentação/Refeição sem reajuste até maio de 2021, sendo o Auxílio Refeição com pagamento de 11 cartelas anuais, ou seja, retirada de do auxílio nas férias e no natal.

Tem mais: a Eletrobras quer retirar do ACT, a cláusula referente a Normas e regulamentos de RH para permitir alteração das regras que norteiam os planos de saúde e assim implementar a coparticipação do trabalhador em 50%, isso mesmo, além de não ter reajuste salarial, você ainda terá que custear em 50% o seu plano de saúde.

Importante destacar que, ao contrário da nossa, outras categorias importantes tiveram um acordo mais digno, como, por exemplo, os bancários, que aprovaram em assembleias

virtuais concluídas no dia 1 de setembro a prorrogação do acordo nacional da categoria por mais dois anos, com validade até agosto de 2022. Pelo acordo aprovado, por ampla maioria, os bancários terão um reajuste de R\$ 1,5% mais um abono de R\$ 2 mil em 2020 e terão, em 2021, a reposição integral da inflação mais 0,5% de aumento real em todas as verbas.

Já para os petroleiros, a empresa propõe acordo de dois anos, sem reajuste agora e correção pelo INPC apenas em 2021. O acordo coletivo dos petroleiros venceu no dia 31 de agosto, véspera da data-base.

A diferença está clara e o objetivo principal é a desmoralização da categoria através da sua desvalorização, minando a consequente produtividade em mais uma estratégia para entregar a Eletrobras ao capital estrangeiro.

A próxima rodada de negociação está marcada para o dia 15 de setembro e vamos nos mobilizar para mudar essa situação desmoralizante para a categoria.

Mas nossa luta apenas começou.

Cepel e Eletronuclear sem PLR

Cobrada pelas entidades quanto ao pagamento da PLR, a Eletrobras informou que o assunto já foi discutido pela Diretoria, no que diz respeito aos valores e montantes a serem distribuídos, e que no dia 25 de setembro acontecerá reunião do Conselho de Administração da Eletrobras onde vai se definir a data de até 30 de outubro para o pagamento da PLR.

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) por não ser uma sociedade de ações e pelo fato de não consolidar seus resultados contábeis no balanço consolidado das Empresas Eletrobras, não se enquadra ao pagamento de PLR, segundo a Eletrobras.

Ainda segundo a Eletrobras, a sua subsidiária Eletronuclear não irá receber uma vez que a mesma acumulou prejuízos nos últimos três anos, fato que impede a empresa de fazer jus ao recebimento de PLR, conforme cita a CCE número 10, que em seu artigo 3º item III diz "tiver registrado prejuízos de períodos anteriores, ainda não totalmente amortizados por resultados posteriores.

O CNE já acionou a sua assessoria jurídica para viabilizar ações judiciais que venham a reparar esse erro que a Eletrobras vem cometendo contra os trabalhadores da Eletronuclear e do Cepel.

A luta continua!

Veja no verso: luta contra a privatização vai ser intensificada no pós pandemia

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br

Luta contra a privatização vai ser intensificada no pós pandemia

A partir do momento em que os números de contaminação pelo Covid-19 diminuíram, apesar de ainda serem preocupantes, o atual governo intensificou sua pressão sobre o Congresso para que este autorize a entrega da Eletrobras ao capital privado/especulativo.

Ao mesmo tempo, o CNE vem mantendo sua estratégia na luta contra a privatização da Eletrobras iniciada há três anos, demonstrando a vários setores da sociedade que a eventual privatização do Setor Elétrico trará prejuízos incontáveis para o País, impedindo até o crescimento setorial e regional.

Nesse sentido, o CNE vai responder aos ataques do atual governo intensificando os contatos com governadores do Norte e Nordeste, dentre os quais podemos citar os já realizados com o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), de

Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), o governador de Roraima, Antonio Denarium (PSL), com o objetivo de fazer uma grande frente do Norte e Nordeste, a região que sofreria mais impactos com a privatização da Eletrobras.

Outra etapa dessa luta é a realização de lives com vários parlamentares dos mais variados partidos com o objetivo de atingir o maior público possível, levando a essas pessoas o que está por trás das tentativas de privatização de uma empresa lucrativa, estratégica e fundamental para o desenvolvimento do País, a um preço irrisório.

Dentre os deputados entrevistados nas referidas lives podemos citar Henrique Fontana(PT/RS), presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Eletrobras, Pedro Uczai (PT/SC), presidente da frente paraleamentar em defesa da Eletrosul, deputado Zé Carlos (PT/MA), presidente da Frente em Defesa da Eletronorte, do deputado Danilo Cabral, (PSB/PB) presidente da Frente em Defesa da Chesf,

Em breve estamos tentando contatos para realização de lives com o deputado Diego Andrade (P S D / M G) presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa de Furnas, composta por 402 deputados e 50 senadores.

A Eletrobras e suas empresas, vem quebrando recordes atrás de recordes nos últimos anos, conquistando somente nesse primeiro semestre um lucro líquido acumulado de mais de R\$ 4,5 Bilhões de Reais.

O lucro líquido da Eletrobras foi R\$ 4,6 bilhões no segundo trimestre deste ano e o Ebitda, sigla para lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, foi R\$ 7,8 bilhões, valor 483% maior do que o mesmo período de um ano atrás. Os dados foram divulgados pela empresa, na noite desta quarta-feira (12). Entre os motivos dos bons resultados.

Esses são apenas alguns dos motivos que justificam a luta pela manutenção de uma Eletrobras pública e a serviço da sociedade brasileira e, por consequência, do crescimento do País.

